

REGIONALISMO E SOCIEDADE POLÍTICA*

BENNO WERLEN

Universidade Friedrich-Schiller, Jena (Alemanha)

Numa perspectiva sócio-geográfica, as mudanças mais dramáticas dos nossos dias estão ocorrendo em diferentes níveis: da mutação dos mapas políticos às invenções tecnológicas na produção, transporte e comunicação. Estas últimas são responsáveis pela situação extraordinariamente nova em que vivemos hoje: a globalização de quase todos os domínios da vida cotidiana da maioria das pessoas. Ambos aspectos, as mudanças constantes nos mapas políticos e o processo de globalização, envolvem, de diversas formas, novos aspectos nas inter-relações entre “sociedades”, “culturas” e “espaço”.

A clarificação do nexos sociedade-espaço por um longo tempo foi discutida somente como um problema de conceitualização teórica na geografia humana, principalmente na geografia social e política. Hoje, na última década do século XX, ela tornou-se um problema crucial, tanto político quanto sociológico. É óbvio que, sob essas condições, a geografia social assume uma nova e específica relevância política para as sociedades contemporâneas, bem como uma significação teórica enfatizada nas ciências sociais.

No nível do dia-a-dia cada vez mais pessoas estão se tornando conscientes de que um número significativo de problemas sociais envolvem de alguma forma um componente espacial. O nacionalismo e o regionalismo são duas destas formas extraordinariamente importantes. Ambos são expressões de uma combinação específica de “sociedade” e “espaço”. Ao mesmo tempo, ambos são parte dos mais problemáticos fenômenos do presente.

* Original publicado em Embree, L. (ed.) *Schutzian Social Science*, 1-22. Kluwer Academic Publishers. Tradução: Rogério Haesbaert. Revisão: Wolf-Dietrich Sahr

Os discursos regionalista e nacionalista referem-se normalmente aos direitos de autodeterminação, um típico produto da modernidade. Mas quem ou qual, neste caso, é o “Self”? Será ele o mesmo que a Revolução Francesa estabeleceu como possuidor de direitos fundamentais de cidadania ou será totalmente o oposto? Estes discursos sustentam que entidades sociais como nações ou etnias podem reivindicar os mesmos direitos que os sujeitos. Os direitos do sujeito moderno, assim, estão sendo reivindicados por construções holísticas. Estas são baseadas numa constituição social da realidade na qual as categorias espaciais dominam as categorias sociais. Conseqüentemente, os discursos nacionalista e regionalista postulam que os problemas sociais podem ser resolvidos pela mudança das bases espaciais da sociedade. Mas quais são as conseqüências sociais de tais descrições e discursos?

Uma implicação importante encontra-se na característica de dupla-face de Jano dos discursos regionalistas: eles são olhares para trás e para a frente. Nem as abordagens jornalísticas da política do dia-a-dia, da Bósnia-Herzegovina ao Quebec, nem a visão de mundo da geografia humana tradicional prestam atenção a este fato. Com uma penetração mais diferenciada da relação sociedade-espço torna-se óbvio que a dominação de categorias espaciais sobre categorias sociais na descrição e tipificação dos fatos sociais produz características muito contraditórias: relatos regionalistas se referem a unidades holísticas pré-modernas e ainda reivindicam, no sentido moderno, direitos de auto-determinação. Um não-sujeito pré-moderno, sem uma justificação empírica, toma o lugar de um sujeito (moderno). Direitos modernos são reivindicados para uma unidade social espacialmente construída, e além disso, unidades sociais espacialmente definidas não fazem mais muito sentido num mundo moderno-tardio, caracterizado por uma crescente globalização da vida social.

As características de dupla-face de Jano estão ligadas por isso ao fato de que um direito moderno centrado no sujeito é reivindicado por uma construção social pré-moderna espacialmente construída.

1. Geografia e Modernidade

Até um certo ponto essa problemática também é característica da geografia regional tradicional e de toda pesquisa social e cultural espacialmente centrada. Por um lado, estão no centro de uma visão de mundo moderna, mas assim que reivindicam um estatuto científico com potencial explicativo, referem-se a uma ontologia pré-moderna do mundo sócio-cultural. Ilustrarei esta tese a partir da idéia de geografia de Immanuel Kant (1802), baseada na sua filosofia do Iluminismo e na interpretação desta idéia feita por Alfred Hettner (1905; 1927; 1932) para a fundação de uma geografia regional científica.

Na passagem para o século XIX Kant enfatizou que o conhecimento geográfico regional era fundamental para uma visão de mundo iluminista. Os geógrafos podem assim reivindicar para o seu trabalho fortes implicações ligadas à emergência e à

manutenção da modernidade. Mas é importante ver que, na visão de Kant, este julgamento somente é verdadeiro para a geografia regional enquanto disciplina de ciência propedêutica, não como uma ciência buscando oferecer explicações espaciais para fatos sócio-culturais.

Eu argumento que, na passagem de disciplina propedêutica para disciplina científica, a geografia regional se torna enredada em contradições similares àquelas que caracterizam o nacionalismo e o regionalismo. Enquanto a versão propedêutica da geografia promovia a modernidade de forma significativa, a versão científica – incluindo a assim chamada geografia regional – estava profundamente ligada a uma ontologia pré-moderna do mundo sócio-cultural. Por isso, juntas, elas incorporam uma relação contraditória semelhante entre o moderno e o pré-moderno, do mesmo modo que o fazem os discursos regionalista e nacionalista.

Se observarmos o conceito de geografia de Kant, o primeiro ponto surpreendente é que, para ele, a geografia é importante para o Iluminismo sem ter nenhum potencial para oferecer explicações espaciais. Isto é, em primeiro lugar, o resultado do seu conceito de espaço. Para ele, “o espaço não é um conceito empírico que foi abstraído da experiência exterior. (...) O espaço é necessariamente representação e, conseqüentemente, um a priori” (Kant, 1969). Por isso, para ele, uma ciência empírica do espaço a posteriori não é possível, pois não há tal objeto “espaço”. Somente é possível uma ciência do espaço a priori, que é a geometria, não podendo ser a geografia.

Se o “espaço” fosse um objeto, quer dizer, um objeto de pesquisa apropriado de uma ciência empírica como a geografia, então nós deveríamos ser capazes de indicar o lugar do espaço no mundo físico. Mas isto é impossível. O espaço não existe como objeto material ou como um objeto teórico consistente. Ele é – e esta é minha tese – mais do que um conceito formal e classificatório, um quadro de referência para os componentes físicos das ações e um “grammalogue”¹ para problemas e possibilidades relacionadas ao desempenho da ação no mundo físico. Como já foi mencionado, o “espaço” não é um conceito empírico porque não há uma coisa chamada espaço. Ele é um quadro formal de referência pois não se refere a nenhum conceito específico de objetos materiais. Ele é “classificatório” porque nos permite descrever uma certa ordem de objetos materiais com relação a suas dimensões específicas.

Se aceitamos este postulado, então a questão que deve ser alcançada é como a geografia veio a ser definida como “ciência espacial”? Podemos reportar este erro categórico ao equívoco de Alfred Hettner em relação a Kant. Para Kant (1802), a geografia era uma disciplina descritiva ou taxonômica. Kant usava a palavra “corográfica” significando descritiva para qualificar a geografia. Hettner (1927, 115/116, 127 e seguintes) transformou-a em “corológica”, que se refere mais à explicação do que à descri-

¹ “Grammalogue”, no original em inglês, significa “um simples traço para uma palavra inteira em taquigrafia” (Dicionário Webster’s). [N.T.]

ção. A partir do fato de que a força explicativa era a pedra angular da definição de ciência de Kant, o “erro” de Hettner permitia descrever a geografia como uma ciência: a ciência do espaço. Berry (1968), Bunge (1973), Bartels (1968, 1970) e outros desceram até o fim desta rua escura. Bartels, o mais famoso geógrafo alemão das últimas décadas, tentou finalmente formular o objetivo da geografia como sendo a descoberta de leis espaciais.

2. Do espaço à ação

Mesmo se rejeitamos a interpretação equivocada de Hettner e tudo que daí se seguiu, isto não significa que tenhamos de aceitar a definição de geografia de Kant. Creio que ela é mais do que uma simples disciplina propedêutica e que ela pode ter potencial explicativo. Mas também estou convencido de que para definir e aceitar a idéia de geografia como uma ciência social, o papel central delegado ao espaço precisa ser substituído. Defendo que a “ação” deve substituir o “espaço” como conceito-chave da pesquisa geográfica. Antes de discutir este ponto, analisarei em detalhe, primeiro, a inter-relação entre “corpo”, “espaço” e “ação” numa geografia social baseada na fenomenologia de Alfred Schutz.

Hoje, na chamada nova geografia regional, “espaço” e “lugar” foram e ainda são os objetos chave, inquestionavelmente dados, para a maioria dos geógrafos e para muitas “imaginações geográficas” do mundo (Gregory, 1994). Pickles (1985) critica a objetivação do “espaço” e vê a fenomenologia como um método que procura esclarecer aqueles conceitos. Com base na fenomenologia existencial de Heidegger, ele elabora uma perspectiva na qual o “espaço” não pode ser objeto de teorização e de pesquisa empírica, mas a “espacialidade”. Para Pickles, uma “ontologia da espacialidade” seria necessária para determinar qual deve ser o contexto se existir algo como um comportamento espacial e ambiental. Para ele, o objetivo da geografia social deve ser a interpretação conveniente da “espacialidade humana”.

Partindo das premissas de Heidegger (1962) de que o ordenamento espacial de entidades ocorre através das atividades humanas, podemos entender que a espacialidade das entidades “à mão” sempre pertence a um lugar dentro de um contexto “instrumental” de uma atividade particular. É importante ressaltar que, também de acordo com Heidegger (1971), o espaço e o tempo não servem somente como parâmetros. Ambos são, sobretudo, constitutivos do Dasein [Ser-Aí]. O “espaço” (Raum) é o resultado de “räumen” (abrir uma clareira) e por isto tem uma existência em si mesmo. Entretanto, nem o espaço é parte do sujeito, nem o sujeito observa o mundo “como se” o mundo estivesse num espaço (contêiner) newtoniano. Ao contrário, o sujeito, para Heidegger (1962), é espacial e “espacializa” o mundo através do seu modo de ser.

Na geografia, conseqüentemente, a asserção feita foi a de que a espacialidade humana deve ser parte de uma teoria espacial. O futuro da geografia humana e social

– o que era e ainda é amplamente defendido – dependerá da natureza do programa de pesquisa desenvolvido a partir desta incorporação. Por isto a geografia humana deve ser entendida como uma ciência humana da espacialidade humana. Mas, será possível a investigação empírica da “espacialidade” através de categorias espaciais e poderá a “espacialidade” ser o “objeto” de uma teoria espacial? Não seria mais adequado vincular metodologicamente a “espacialidade” com as atividades/ações humanas ao invés de vinculá-la com o “espaço”? Não obstante, a teoria espacial não seria mais o centro do interesse dos geógrafos. Esta é a posição que segue os princípios da fenomenologia constitutiva. (Werlen, 1997b)

A fenomenologia constitutiva de Husserl (1973) e Schutz (1982) torna possível começar pela hipótese de que o que os geógrafos descrevem como problemas espaciais são na verdade problemas de determinados tipos de ações, ações com envolvimento somático e nas quais as coisas materiais são partes constitutivas. O fato de que o eu [self] experimenta o corpo primeiramente em movimento também significa que ele experimenta o corpo somente em, e não como, um contexto funcional.

A experiência do movimento é necessariamente reinterpretada como uma experiência do espaço e abre acesso ao mundo da extensão. Com a experiência de todo o caráter espacial do nosso próprio corpo, também descobrimos a espacialidade das coisas. A constituição do mundo material e do “espaço” é assim ligada com o “eu” que experimenta, se move e age. Separado da experiência da espacialidade do mundo físico-material, o sujeito também experimenta as qualidades dos diversos objetos em relação ao seu próprio corpo, verificando-as com significados correspondentes às suas ações.

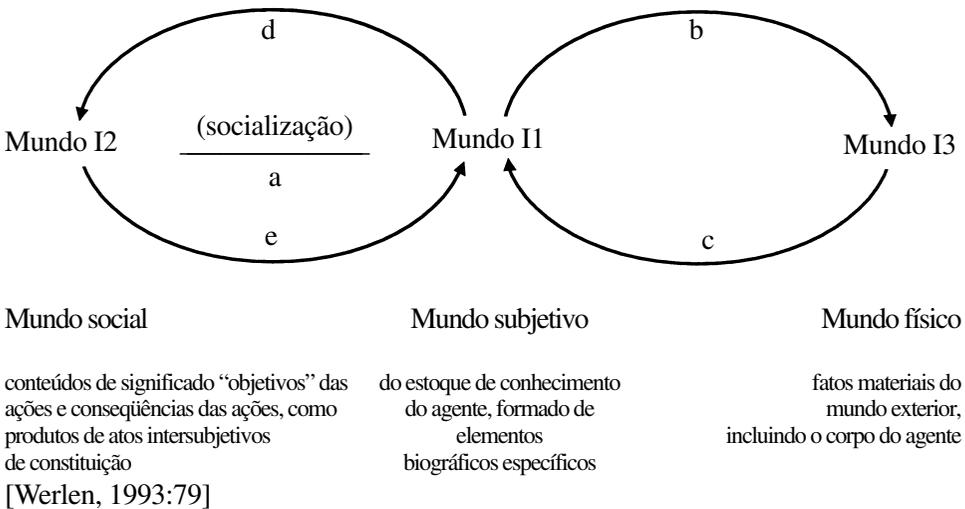
Para a análise da geografia social o “corpo” pode ser visto, nos termos de Schutz, como uma ligação funcional entre processos internos e movimentos dirigidos para o mundo exterior. De um lado, o corpo, no mundo físico, torna-se um meio de expressão para a consciência intencional. Por outro, a dimensão espacial é mediada e incorporada via o “corpo”, especialmente em situações face-a-face. Assim a posição física ou geográfica do corpo afeta a natureza das experiências puras de duração, e por isso esta posição afeta, como Schutz coloca referindo-se a Bergson, a duração embutida na memória. Por isso a função do corpo é a de mediação entre a duração e o mundo espaço-temporalmente homogêneo da extensão.

Além disso, o corpo é crucial para os processos constituidores e para a intersubjetividade. Se um sujeito está aprendendo intersubjetivamente regras válidas de interpretação que existem num certo mundo sócio-cultural, então é necessário para ele/ela verificar suas interpretações e avaliações. Isto significa que a constituição e a aplicação do contexto de significados intersubjetivos depende das possibilidades de testar a validade das alocações de sentido. Atingir a certeza sobre constituições de significados intersubjetivamente válidos é possível sobretudo na situação imediata face-a-face.

Aqui, os corpos dos atores encaram os outros diretamente como campos de expressão da consciência do ego e do alter ego. Isto torna possível manter comunicação através de gestos corporais simbólicos sutis, limitando assim o número de interpretações

equivocadas. Desta forma, a co-presença é pré-requisito da segurança ontológica e interpretativa na qual as alocações de significado mais abstratas e as mais anônimas estão baseadas. Para demonstrar o papel chave do corpo para a segurança ontológica, é útil reconstruir a inter-relação do reinos subjetivo, sócio-cultural e físico na epistemologia da perspectiva subjetiva. (Werlen, 1993, p. 52-91)

Fig. 1. Modelo dos três mundos numa perspectiva centrada na ação



Se começamos a olhar o mundo de uma “perspectiva centrada na ação” e descartamos o espaço como um ponto de partida em si mesmo, nosso foco se dirige para o sujeito corpóreo, a corporeidade do ator, no contexto de condições subjetivas, sócio-culturais e materiais específicas. Começamos a partir de uma perspectiva que enfatiza o agir [agency] subjetivo como a única fonte de ação e, portanto, de mudança, do mesmo modo que enfatizamos que o mundo social e material conforma as ações sociais que o produzem.

Mas o fato de que o mundo social é produzido e reproduzido por ações sociais significa que são estas ações, e não o “espaço”, que são constitutivos desse mundo. Um conceito de “espaço” apenas pode proporcionar um padrão de referência através do qual entidades materiais problemáticas e/ou relevantes que têm um impacto nas ações, podem ser reconstituídas e localizadas. Dado que o sujeito é corpóreo, estes padrões materiais são obviamente significantes na maioria das ações. Mas, como eles não são o único fator signifiante na ação, as ações não podem ser explicadas através deles.

O quadro de ações socialmente construído não é uma causa “espacial”, é o produto de ações. Isto significa que é insuficiente proceder da asserção de que o “espaço” ou mesmo a materialidade já possui um significado “em si mesma”, um significado que é

constitutivo dos fatos sociais. A materialidade se torna significativa no desempenho das ações com certas intenções e sob certas condições sociais (e subjetivas).

3. Ação e modernidade

A visão de mundo centrada na ação e no sujeito reflete a modernidade, o moderno ou o entendimento iluminista da realidade. A filosofia de Kant é um de seus elementos-chave, formando uma parte central da ciência moderna e de suas formas de vida. Nesta visão, nenhuma forma e versão de uma descrição, entendimento e explicação “centrada no espaço” vai contra os princípios básicos das formas de vida modernas e da modernidade tardia.

Isso não é apenas cientificamente problemático, mas – como ilustram os movimentos regionalistas e nacionalistas – também tem conseqüências políticas perturbadoras. Nossas formas de vida contemporâneas estão profundamente impregnadas dos padrões de pensamento e de ação modernos. Toda ciência social que deseja produzir empiricamente conhecimento válido sobre este mundo deve levar isto em conta, tanto no que se refere ao seu objeto de estudo quanto à sua metodologia. O centro de seu interesse deve, por isso, concentrar-se no sujeito que conhece e age.

Em contraste, a geografia humana tradicional, espacialmente centrada, tenta localizar entidades sociais e mentais imateriais no mundo físico. Mas esta localização é na verdade impossível, porque estas entidades têm um estatuto ontológico distinto. No mundo físico, somente entidades materiais extensas podem ser localizadas. As entidades imateriais não o podem. O conceito formal e classificatório de espaço (longitude, latitude etc.) não está adaptado aos fenômenos sociais e mentais, subjetivos.

Se aceitarmos que as ações têm pelo menos um componente subjetivo, um sócio-cultural e um físico, deveria ficar claro, então, que categorias espaciais podem alcançar somente o sentido do último destes componentes. Cada tentativa de alcançar os mundos subjetivo e sócio-cultural imateriais, de intenções, normas, valores etc. em categorias espaciais é conseqüentemente reducionista e nega o papel central do sujeito no mundo da modernidade tardia.

Devido às tendências globalizadoras nas sociedades da modernidade tardia, o conhecimento regional provavelmente é mais importante do que nunca. Mas as reivindicações científicas propriamente ditas não podem mais estar ligadas à ciência do espaço ou à ciência dos fatos regionais. Uma concepção de pesquisa em geografia, ontologicamente adequada, precisa respeitar o sujeito conhecedor e agente.

Isso leva a geografia de uma ciência do espacial e do regional para uma ciência das implicações regionalizantes dos sujeitos conhecedores e agentes. Por isso a geografia regional deve ser complementada por uma geografia social que explore as regionalizações cotidianas dos mundos da vida, respeitando assim os padrões da pesquisa social científica.

A questão que resta é porque, apesar desses fatos, a geografia tradicional centrada no espaço conseguiu permanecer até hoje e até mesmo alcançar uma posição muito forte no catálogo das disciplinas científicas. Uma abordagem dos fatos sócio-culturais centrada no espaço – apesar de seus defeitos epistemológicos – pode alcançar uma certa aproximação das realidades da vida cotidiana. Mas isto somente é possível sob certas condições muito especiais. Estas existem quando práticas sócio-culturais estão profundamente inter-relacionadas com as dimensões espaço-temporais da base material das ações humanas.

Esta condição é característica – esta é minha hipótese – das formas de vida tradicionais, mas não das formas de vida modernas e da modernidade tardia. Por causa disso, as descrições espaciais não somente estão perdendo seu poder empiricamente, mas estão se tornando cada vez mais politicamente problemáticas. Uma abordagem geográfica rigorosa do mundo contemporâneo com um potencial iluminista requer uma nova estrutura conceitual. Irei agora desenvolver, primeiro, a base para tornar esta proposição mais clara e a seguir elaborar, de um modo mais preciso, a dimensão politicamente problemática, implícita, da geografia tradicional com relação às formas de vida da modernidade tardia.

4. Sociedades regionais tradicionais e sociedades globalizadas da modernidade tardia

As características espaço-temporais mais importantes de formas de vida tradicionais, pré-modernas, podem – numa forma ideal-típica – ser resumidas na forma indicada pela figura 2 (v. Giddens, 1990 e Werlen, 1995, p. 91-104).

Fig. 2: Tipo-ideal de formas de vida tradicionais e sociedades regionais

1. Tradições mesclam passado, presente e futuro
2. Parentesco organiza e estabiliza as relações sociais no tempo
3. Nascimento, idade e sexo determinam posições sociais
4. Situações face-a-face dominam a comunicação
5. Pequena quantidade de comunicação inter-regional
6. A aldeia local constitui o contexto da vida familiar

Formas de vida tradicionais estão temporal e espacialmente encaixadas

A estabilidade no tempo ou o encaixe num sentido temporal é fundado no domínio das tradições. As tradições inter-relacionam o passado com o futuro e são o quadro

central de referência para orientação e legitimação da ação na práxis cotidiana. Elas estabelecem limites estreitos para as decisões individuais. As relações sociais são predominantemente reguladas por relações de parentesco, tribais ou de hierarquia. Posições sociais claramente definidas são atribuídas a pessoas dependendo do nascimento, da idade e do sexo.

Estreitas limitações espaciais ou “encaixe” (Giddens, 1990) num sentido espacial, estão ligadas aos padrões técnicos de transporte e comunicação. A importância dominante do caminhar e o significado limitado da escrita restringem as expressões sociais e culturais aos níveis local e regional. Além disso, a interação face-a-face é praticamente a única situação possível para a comunicação. Os processos de produção devem respeitar as condições naturais, por causa do desenvolvimento técnico. As economias, conseqüentemente, estão muito adaptadas às condições físicas dominantes.

Além disso – como muitos estudos antropológicos nos ensinam – aspectos temporais, espaciais e sócio-culturais da práxis cotidiana estão intimamente delimitados de forma conjunta. Para formas de vida tradicionais isto não somente é importante para realizar algumas atividades num certo período de tempo, mas também num determinado lugar e algumas vezes até mesmo com uma certa orientação espacial. Deste modo, regulações espaciais e padrões de atividade são reproduzidos e reforçados por compromissos espaço-temporais.

A unidade das dimensões sócio-cultural e espaço-temporal das atividades se torna a base para processos extremamente poderosos de reificação. Deste modo, por exemplo, lugares de parentesco estão identificados com o ato do parentesco. Somente deste modo é possível alegar que alguém que coloca o seu pé num certo lugar está profanando o lugar.

Mas isso somente pode aparecer como uma expressão significativa se não houver distinção entre significado e lugar. Ou, para dizer de outro modo: somente quando o significado é visto como uma qualidade do lugar e não como um produto do processo de constituição dos sujeitos, somente aí é possível falar em profanação de lugares. Exatamente na base deste processo de reificação, “espaço” e “tempo” são enriquecidos e preenchidos com significados específicos. A significação aparece como uma qualidade das coisas, profundamente enraizada e encaixada no território de uma dada cultura.

Esta característica não é típica das formas de vida da modernidade tardia. Aqui, tradições não são o centro da práxis social cotidiana². Orientações sociais e ações sociais necessitam de justificação e legitimação discursiva. O contexto de vida dominante não é a cidade ou a aldeia local. É especialmente a cidade global ou, sobretudo, as sociedades globais. As condições de vida estão baseadas numa representação do mundo em que a reificação é substituída pelas construções racionais. As economias, culturas e sociedades subsequentes da modernidade tardia não são mais encaixadas temporal e espacialmente. Elas são sobretudo – na colocação de Giddens (1990) – “desencaixadas”.

² V. Giddens (1990, 1991) e também Werlen (1995, p. 105-134).

Fig. 3. Tipo ideal das formas de vida na modernidade tardia e nas sociedades globalizadas

1. Rotinas cotidianas mantêm a segurança ontológica.
2. Culturas, formas de vida e estilos de vida globalmente observáveis.
3. Produção e trabalho valorizado determinam as posições sociais.
4. Sistemas abstratos (dinheiro, escrita e sistemas peritos) permitem mediar relações sociais a enormes distâncias.
5. Sistemas de comunicação de alcance mundial
6. Aldeia global como contexto de experiência anônimo.

Formas de vida da modernidade tardia estão espacial e temporalmente desencaixadas

A estabilidade temporal – devido à importância decrescente da tradição – é substituída pela constante transformação social. Ações cotidianas na alta modernidade não são dominadas por tradições locais. São sobretudo as rotinas que mantêm a segurança ontológica. Para as decisões individuais permanece aberto um amplo leque de possibilidades. Relações sociais não são reguladas basicamente por parentesco. No seu lugar, culturas globalmente observáveis, estilos e formas de vida – freqüentemente ligados a uma geração específica – tornam-se muito mais importantes. A posição social de uma pessoa é determinada pela produção e trabalho valorizado e não pelo nascimento e a idade, e segue os princípios do iluminismo, não do sexo ou raça.

O agrupamento espacial e o encaixe das formas tradicionais da vida social é substituído pelas interconexões globais e por mecanismos de desencaixe. O alcance potencial e real dos atores é expandido para uma dimensão global. Os mais importantes mecanismos de desencaixe são o dinheiro, a escrita e os artefatos técnicos. Meios de transporte permitem um alto grau de mobilidade. Junto com a liberdade individual de movimento ele produz uma mistura de culturas antes localmente fixadas. Esta mistura multicultural aparece combinada com sistemas de comunicação global e permite uma difusão e armazenagem de informação que não depende da presença corporal dos atores. A interação face-a-face não é inexistente, mas a parte mais substancial da comunicação é mediada.

“Espaço” e “tempo” encontram-se esvaziados de significações fixas, encontram-se delas separados. A significação das coisas é muito mais o resultado de recombinações feitas pelo sujeito, dependendo da ação executada. O que uma coisa significa não é mais tomado como uma qualidade da própria coisa, mas sim a ela atribuída, e o conteúdo da atribuição depende em princípio do que o sujeito está fazendo ou quer fazer. Por isso o “Quando” e o “Onde” das atividades sociais é algo que se torna motivo de acordo, objeto de acordo, e não depende de significações-conteúdos fixos, pré-dados,

das atividades sociais. O lugar dos significados tradicionalmente fixos é tomado por regulações racionais e institucionalmente determinadas, abertas à revisão comunicativa.

As dimensões espacial e temporal não determinam o conteúdo das ações sociais como nas formas de vida tradicionais. Esta é a base para a metrificação padronizada e o cálculo de fatos materiais e a sucessão de eventos. Padronização e metrificação padronizadas, juntamente com o reconhecimento da diferença entre conceito e objeto, formam o núcleo da constituição material dos mundos da alta modernidade e o fim das interpretações místicas da natureza.

5. Representações regionais, regionalismo e identidades

Se aceitamos essa tipificação, então se torna óbvio que representações espacialmente centradas das realidades sócio-culturais, desde a geografia regional tradicional até a abordagem espacial, da geografia humanística à nova geografia regional, não são capazes de apreender as formas de vida da modernidade tardia. A apresentação e análise das culturas e sociedades espacialmente centradas é mais plausível sob as condições da pré-modernidade.

Somente quando práticas sociais, culturais e econômicas são encaixadas, uma visão espacialmente centrada oferece um relato aproximadamente rigoroso dessas realidades. Mas se declaramos que uma geografia tradicional, espacialmente centrada, pode oferecer-se como uma descrição generalizada e válida dos mundos de vida da modernidade tardia, então isto prepara o terreno para o nacionalismo e o regionalismo fundamentalistas, emocionais e demagógicos, dois dos mais problemáticos fenômenos sociais do presente.

O regionalismo, como a geografia humana tradicional espacialmente centrada, pode ser entendido como uma tentativa de glorificar as formas de vida tradicionais pré-modernas sob condições da modernidade tardia. Ambos se referem a formas de vida encaixadas: os discursos regionalista e nacionalista ao promoverem as construções de solo e sangue na unidade da cultura e do solo; a geografia regional ao procurar a unidade da cultura, do espaço e da natureza. Os dois utilizam constantemente metáforas biológicas para demonstrar o enraizamento da sociedade e da cultura no seu território de pertencimento. E os dois estão – com muita frequência de forma explícita e sempre, pelo menos, de forma implícita – referidos à visão de mundo de Herder (1877:84), buscando uma unidade entre o espírito das nações e o solo, tal como expresso na seguinte metáfora: como a água leva o cheiro das rochas cobertas de musgos da sua fonte, a cultura das nações é a expressão de seu solo e de seu território! O que representam as conseqüências de tal pensamento sob condições da modernidade tardia é demonstrado pela limpeza étnica dos últimos anos no território da antiga Iugoslávia.

Nesta perspectiva, eles têm a tendência – pelo menos implicitamente –, de promover “eine Zaunhaftigkeit des Denkens”³ (Beck, 1993:114), o “cercamento”, uma delimitação em nosso pensamento, e simulam uma necessidade pela exclusão do Outro, ainda quando nossa vida é parte de processos globalizados e globalizadores. A atração desta representação do mundo pode estar exatamente nesta contradição, que oferece a possibilidade de identidades seguras, porém problemáticas, num mundo rapidamente mutável. Formularei algumas reflexões neste tópico, antes de ilustrar um esquema alternativo, felizmente mais apropriado para a pesquisa geográfica, e uma visão de mundo correspondente.

Podemos começar pela premissa de que mecanismos de desencaixe, que estão estendendo o campo das possibilidades das decisões pessoais de uma forma considerável, levam também a inseguranças no nível pessoal. Sob estas condições, a necessidade de identidades estabilizadoras está aumentando. O “regionalismo” pode ser visto, neste sentido, como uma compensação frente à insegurança provocada pelos processos da globalização. Esta pode ser a principal razão pela qual “regionalismo” e “identidade” estão tão estreitamente vinculados.

Falando em “identidade”, é preciso lembrar que “identidade” só pode ser um tópico ou se realizar quando a “diferença” é possível. Obviamente é assim porque “identidade” se refere sempre a duas entidades, o que em princípio pode ser diferente mas não é. Consequentemente, “identidade” só se realiza pelo aumento da diferença. Se vemos deste modo, então podemos entender porque na modernidade tardia, em que problemas de identidade têm se tornado tão evidentes, pode se estruturar uma política da diferença, tal como o nacionalismo e o regionalismo.

Nesse sentido, o regionalismo e o nacionalismo contemporâneos estão, por um lado, envolvidos com a dialética emergente do global e do local. Enquanto este pode ser um importante e necessário dilema da vida na modernidade tardia, sou da opinião de que se a lógica do regionalismo e do nacionalismo for aplicada a todos os aspectos da vida moderna, isto pode se tornar e tem se tornado muito destrutivo. Abordarei brevemente algumas destas implicações problemáticas.

A primeira forma problemática de regionalismo é certamente o processo de tipificação social que ele envolve. Aqui, categorias espaciais e regionais são utilizadas para produzir estereótipos e qualificações totalizadoras de pessoas na forma de, por exemplo, “Sicilianos são criminosos”, “Corsos são astutos” etc. O ponto mais crucial, aí, é que características sociais ou pessoais – positivas ou negativas – são transmitidas para todas as pessoas que vivem numa determinada área.

O caráter de dupla-face de Jano dos discursos regionalistas encontra-se parcialmente baseado nesse processo. Categorias espaciais socialmente indiferentes – como as biológicas – são utilizadas de um modo ideologicamente “carregado” para a tipificação social. Como não são sociais, eles podem ser utilizados de um modo arbitrário.

³ Em alemão no original (N. T.)

Aquilo que se torna “racista” ou “sexista” pelo uso de categorias biológicas para tipificação social, torna-se “regionalista” pelo uso de categorias espaciais. Todas estas formas de tipificação minam os direitos dos sujeitos nas sociedades modernas e são por isto profundamente anti-modernas.

É no contexto de tais regionalismos socialmente tipificadores que o regionalismo político encontra preferencialmente suas bases. Isto porque tais tipificações regionalistas criam as melhores condições para a institucionalização de medidas excludentes frente aos outros, enquanto internamente a mesma estratégia consiste na criação da identidade. Na forma de uma identidade excludente esta estratégia pode facilmente ser usada para mobilização política: tanto para criar a imagem de um inimigo quanto para reforçar a solidariedade interna. Diferenças internas se evaporam ao se enfatizar diferenças externas. Como muitos estudos empíricos demonstraram, estes são alguns dos elementos centrais dos discursos regionalistas e nacionalistas. E ambos possuem, no nível do processo de tipificação, uma similaridade muito forte com a lógica do esquema conceitual das descrições e explicações geográficas do mundo espacialmente centradas.

Por causa do desencaixe das formas de vida da modernidade tardia, as pré-condições desse pensamento freqüentemente não se encontram muito presentes nos aspectos mais importantes das sociedades, das culturas e das economias contemporâneas. Sociedades e culturas espacialmente homogêneas dificilmente ainda existem e os contornos da diferenciação espacial estão se tornando cada vez mais indistintos. Consequentemente, caracterizações espaciais do contexto sócio-cultural estão perdendo sua precisão e sua validade. O “Terceiro Mundo”, por exemplo, pode também ser encontrado em Nova York e Paris, assim como o Primeiro Mundo pode ser encontrado em Nairóbi, Kinshasa, La Paz ou Bangkok.

A geografia humana contemporânea, eficiente e adequada, deve ser capaz de levar em conta esta nova ontologia do mundo social, tanto conceitual quanto metodologicamente. Se não formos capazes de fazê-lo, a geografia não somente perderá seu potencial iluminista, mas também irá proporcionar abordagens extremamente problemáticas das realidades sociais contemporâneas. O que é preciso é uma abordagem científica que não esteja alienada das atuais formas de vida produzidas pelos atores na atitude natural, apesar dos discursos ideológicos dos movimentos nacionalistas e regionalistas. Aprender as geografias factuais do dia-a-dia é, consequentemente, o projeto de uma geografia científica como ciência social.

Se David Harvey (1996:429) ainda postula que o “desenvolvimento geográficamente desigual” deve ser a principal ocupação da pesquisa geográfica, então a representação geográfica das realidades do dia-a-dia perderá seus traços mais característicos. O poder dos mecanismos de desencaixe para as ações das pessoas não pode ser levado em conta. Uma implicação deste mecanismo certamente é e será que as mais importantes diferenças sociais perderão cada vez mais sua forma espacial. Hoje já podemos observar diferenças de renda impressionantes nos menores contextos espaciais. Há muitas evidências de que estas tendências irão se acentuar no futuro, mais do

que perder seu poder de transformação. Se os geógrafos não mudarem o foco de pesquisa do “espaço” para a “ação”, eles serão incapazes de apreender as novas geografias do dia-a-dia nas próximas décadas.

6. A globalização dos mundos da vida

O poder de transformação dos instrumentos de desencaixe, naturalmente, só se torna efetivo no mundo da vida se os sujeitos os integram no seu curso de ação. Assim fazendo, as transformações de suas próprias vidas cotidianas são tão radicais que o próprio uso social científico do conceito de “mundo da vida” tem que ser reconsiderado. Luhmann (1986:179) argumenta que, sob tais condições, o conceito de mundo da vida – tal como é usado, por exemplo, no trabalho de Schutz/Luckman (1974) e Habermas (1981) para o entendimento das culturas e sociedades contemporâneas – se tornou nada mais que uma metáfora confusa.

Penso que essa confusão está ligada ao fato de que as distinções básicas na definição de “mundo da vida” de Husserl não têm sido transferidas com suficiente rigor para as ciências sociais. Para esta discussão reconstruirei brevemente a recepção do conceito chave de Husserl nas ciências sociais e culturais. Para Husserl (1952:375) “mundo da vida” é “(...) o mundo natural – na atitude do estar vivendo naturalmente como sujeitos que permanecem unidos numa função viva com o circuito aberto de outros sujeitos nessa mesma função”. Schutz/Luckmann (1979:25, 1974) identificam-no com o reino da realidade que o “senso comum considera como simplesmente dado, e que nós vivemos sem questionamento, cada fato que nos aparece a priori como não-problemático”.

Agora, se nós interpretamos esta definição de forma que as seções familiares, não-questionáveis do mundo pré-dado, são aquelas que estão espacialmente circunscritas, então ela perde seu potencial analítico para a pesquisa social científica dos mundos sócio-culturais sob as condições da globalização. E este certamente é o caso da interpretação que Schutz/Luckmann lhe atribuem, ao ligarem “certeza” com os diferentes alcances, desde “de alcance imediato”, à mão, que oferece o “teste fundamental das realidades” (Schutz e Luckmann, 1974:42), até “zonas” mais distantes com um alto grau de incerteza (ver Schutz, 1962:226). Conseqüentemente, “o homem em atitude natural está primariamente interessado naquele setor do mundo da sua vida cotidiana que está dentro do seu escopo e que é centrado no espaço e no tempo em torno dele” (Schutz, 1962:222) Também Habermas (1981:226) associa “mundo da vida” – através do mecanismo da integração social – à perspectiva interna de membros do grupo co-presentes.

Mas a definição de Husserl não implica em nexos espacial imediato. Um mundo da vida é caracterizado por uma determinada “atitude” e um certo “horizonte” tópico. O primeiro – Claesges (1972:86) denomina-o “função de enraizamento” (Boden-Funktion) do conceito de mundo da vida – torna possível esclarecer a diferença entre

atitude natural (ao nível do dia-a-dia) e atitude teórica (nível científico). O segundo se refere aos diferentes horizontes tópicos de interesse nos quais os sujeitos vivem em seus cursos de ação em suas vidas cotidianas. Os interesses da ação limitam “mundos particulares” (Sonderwelten) específicos (Husserl, 1976:194). Luhmann somente está certo em falar de confusão se for negligenciada uma distinção clara entre os dois conceitos. Este é especialmente o caso se os dois não forem vistos como acessos diferentes ao mundo sócio-cultural, mas como uma distinção ontológica.

É muito importante ver que, de acordo com Husserl, a “Boden-Funktion” (“função de enraizamento”) se refere à dimensão epistemológica, e a “Horizon-Funktion”, ao aspecto empírico das atividades cotidianas. A importância desta distinção se torna óbvia, em primeiro lugar, num mundo globalizado. Sob estas condições, o familiar não está mais estritamente ligado à comunidade local, como se *é* fosse o caso nas formas de vida tradicionais. O alcance dos mundos da vida tópicos não está livre da dúvida e das incertezas. Os sujeitos da modernidade tardia podem viver em “Sonderwelten” (mundos particulares) com alcance global. Estudos sobre o mundo da vida numa perspectiva geográfica precisam levar isto em conta.

7. Mundos da vida globalizados, geografias sociais globalizadas

O objetivo de uma geografia humana fenomenologicamente fundamentada deve ser não mais o de analisar o espaço, mas principalmente analisar a produção cotidiana de geografias produzidas pela ação social. Nós não apenas fazemos a história cotidiana, mas também a geografia cotidiana. Dependendo de nossa posição social, temos diferentes acessos ao poder e a diferentes potenciais de transformação. Mas exatamente como nós produzimos e reproduzimos a “sociedade” através de nossas ações, nós produzimos e reproduzimos geografias contemporâneas. Consequentemente, o objetivo de uma geografia humana ontologicamente rigorosa na modernidade tardia está relacionada à reconstrução dos modos pelos quais as geografias cotidianas são construídas.

Quais os tipos de geografias cotidianas ou de mundos da vida geográficos sob as condições da globalização que podem, hipoteticamente, ser identificados? (WERLEN, 1997a: 295-421) De acordo com a tese central da modernidade o sujeito conhecedor e agente deve estar no centro da visão de mundo geográfica contemporânea adequada e – como já foi mencionado – não mais o espaço ou as regiões. Uma das principais implicações deste argumento é que as implicações regionalizadoras das ações humanas são de interesse central, e não somente os estudos regionais. Referindo-se à ação e à teoria da estruturação, podemos tematizar três tipos principais de regionalizações da vida cotidiana (v. figura 4).

Analisando as geografias cotidianas de uma perspectiva da ação, como em toda investigação científica, nós devemos colocar uma ênfase seletiva em alguns aspectos. A primeira questão que eu proponho é como os sujeitos produzem geografias pela

Fig. 4: Tipos e subtipos de regionalizações cotidianas

| Tipos principais | Subtipos |
|-----------------------------------|---|
| PRODUTIVO-DE PROCESSOS DE CONSUMO | Geografias da produção Geografias dos processos de consumo |
| NORMATIVO-POLÍTICO | Geografias da apropriação normativa Geografias do controle político |
| INFORMATIVO-SIGNIFICATIVO | Geografias da informação e do conhecimento Geografias da apropriação simbólica |

colocação de objetos para determinadas atividades e como eles criam e mantêm uma determinada ordem de objetos por meio do consumo. Isto orienta nossa análise primeiramente em direção às formas menos complexas de regionalização do mundo da vida, no domínio produtivo dos processos de consumo [“consumptive”], centrado nas dimensões econômicas da realidade cotidiana.

O lado produtivo é mais óbvio na forma de decisões de localização de atividades produtivas, a subsequente fixação de espaços de ação da população trabalhadora e os padrões de fluxos de mercadorias como *inputs* no processo produtivo. Isto corresponde à análise da organização global do regime capitalista de produção. Não é apenas como produtores que nós fazemos geografias, é claro, mas também como consumidores, mesmo se estas formas são mais implícitas. Sob condições da modernidade tardia nossos estilos de vida pessoalmente definidos têm fortes implicações para a estruturação da economia mundial. Finalmente, o propósito da análise deste tipo principal de regionalização não é a explicação de padrões espaciais, mas muito mais a reconstrução das implicações globais de nossas formas de vida localmente baseadas.

Um segundo domínio da geografia social cotidiana diz respeito às interpretações normativo-políticas de zonas de ações, de territórios. Pontos de partida são as regionalizações centradas no corpo, das regiões de frente da apresentação social (isto é, palco, performance etc.) e regiões de trás, de ocultamento social (isto é, intimidade, vergo-

nha etc.) com sua diferenciação em relação à idade, sexo, status e papel social. Pode-se também considerar a regulação territorial da inclusão e exclusão de atores no que se refere aos direitos de propriedade, definições legais/políticas de Estados nações e direitos de cidadania.

Estas formas de geografias sociais cotidianas estão ligadas ao controle autoritativo de pessoas por meios territoriais, como nas “geografias de policiamento” e tipos específicos de controle dos meios de violência. Um componente muito importante da construção dessas geografias cotidianas consiste nas atividades de movimentos regionalistas e nacionalistas, buscando uma nova geografia política, e as diferentes formas de identidades regionais e nacionais em que elas se baseiam.

Finalmente, uma terceira área de pesquisa da geografia cotidiana pode envolver o questionamento de como o processo de constituição do estoque de conhecimento dos atores se relaciona à tele- e eletrônica comunicação global e como esta afeta os processos de simbolização. Este tipo de geografia social informativo-significativa está antes de tudo interessado nas condições de comunicação, redes de comunicação e no “acesso que agentes particulares têm para tais meios de comunicação”.

Esta geografia da distribuição de informação deve ser diferenciada segundo os diferentes meios e canais de comunicação (livros, jornais, rádio, TV, infovias etc.). Mas a forma da constituição do estoque de conhecimento deve estar ligada à constituição das significações-conteúdos e dos processos de simbolização das diferentes áreas do mundo cotidiano.

Conclusões

Deste modo, uma geografia social baseada na ação objetiva reconstruir regionalizações cotidianas do mundo da vida de sujeitos humanos e examina criticamente as representações geográficas não questionadas do mundo que são tão frequentemente mobilizadas politicamente pelos discursos regionalistas e nacionalistas.

Deveria ser óbvio, então, que regionalismo e nacionalismo são somente duas formas específicas de iniciativas políticas na regionalização do mundo. Cada sujeito está constantemente regionalizando o mundo através de suas ações. Uma representação geográfica moderna do mundo deve, neste sentido, levar em conta o sujeito: estudar como os sujeitos vivem o mundo e não somente em que mundo eles vivem é uma das obrigações desafiadoras da geografia humana contemporânea. A geografia científica pode então oferecer uma visão iluminista da realidade e produzir assim uma abordagem crítica que questiona algumas poderosas interpretações políticas do nosso mundo.

Por isto precisamos de uma geografia que torne óbvia a construção social de todo tipo de regiões e que deixe claro que “sangue” e “solo” de maneira alguma são apropriados para a justificação e a legitimação social. Contribuir para este projeto é um dos mais importantes desafios e obrigações políticas para as gerações de geógrafos,

contemporâneas e futuras. Hoje, pouca coisa é mais importante do que a consolidação de um entendimento do mundo que não demonstra compaixão para a persistência de uma retórica do solo e do sangue sob condições de modernidade tardia.

Se aceitamos a reinterpretação do conceito de mundo da vida, devemos estar conscientes de que isto também traz importantes consequências para o entendimento das regionalizações sob condições de globalização. A globalização pode ser vista como uma consequência da modernidade e especialmente como um resultado das modernas concepções de tempo e espaço. Ambas estão ligadas com a posição central do sujeito conhecedor e agente numa interpretação moderna da realidade. Consequentemente, os processos de regionalização também podem ser vistos como formas de processos de vinculação mundiais e não somente como práxis de delimitação espacial para propósitos científicos ou sociais e políticos.

A regionalização na globalização deve ser reconsiderada primeiramente numa perspectiva centrada no sujeito: como os sujeitos vinculam o mundo globalizado a seus mundos de vida, para si mesmos, é a questão que deve ser feita. As formas observáveis consequentemente podem também ser entendidas como tipos diferentes de produzir múltiplas geografias cotidianas, como a globalização em seu conjunto pode ser interpretada como o resultado de formas modernas de fazer geografia.

REGIONALISMO E SOCIEDADE POLÍTICA

Resumo: Regionalismo e Nacionalismo são forças transformadoras da paisagem política no final do século XX. Como todos nós sabemos, elas têm um alto potencial de destruição. Porque a geografia humana tradicional – como ciência do regional – tem tão pouco potencial explicativo para estes processos? Forneco aqui algumas respostas a esta questão e sugiro – a partir da filosofia social de Alfred Schutz – uma perspectiva geográfica do mundo, proporcionando à geografia social uma maior capacidade de resolver problemas na modernidade tardia.

Palavras-chave: regionalismo – globalização – espaço – teoria da ação

REGIONALISM AND POLITICAL SOCIETY

Summary: Regionalism and Nationalism are transformative forces of the political landscape at the end of the 20th century. As we all know, they have a high potential of destruction. Why has traditional human geography – as the science of the regional – so little explanatory potential when looking at these social processes? In this paper, I will give some answers to this question and suggest – drawing from the social philosophy of Alfred Schutz – a geographical perspective of the world, giving to social geography a higher capacity of problem-solving in the age of late-modernity.

Keywords: regionalism – globalization – space – action theory

Bibliografia

- BARTELS, D. (1968): *Zur wissenschaftstheoretischen Grundlegung einer Geographie des Menschen*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag.
- BARTELS, D. (orgs.) (1970): *Wirtschafts-und Sozialgeographie*. Colônia/Berlim: Kiepenueuer & Witsch.

- HETTNER, A. (1905): Das Wesen und die Methoden der Geographie. *Geographische Zeitschrift* 11.
- _____ (1927): *Die Geographie. Ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden*. Breslau: Ferdinand Hirt.
- _____ (1932): Das Länderkundliche Schema. *Geographischer Anzeiger* 33: 40-43.
- KANT, I. (1802) *Physische Geographie*. Königsberg: Gobelns und Unzer.
- _____ (1969): *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburgo: Felix Meiner. (ed. em língua inglesa: Critique of Pure Reason. Nova York, St. Martin, 1969)
- PAASI, A. (1991) Deconstructing regions: Notes on the scales of spatial life. *Society and Space*, vol. 23: 239-256.
- PICKELS, J. (1985): *Phenomenology, Science and Geography: Spatiality and the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHUTZ, A. (1962): *Collected Papers*. Vol. 1. Haia: Martinus Nijhoff.
- _____ (1982): *Life forms and meaning structures*. Londres: Routledge.
- SCHUTZ, A. e LUCKMANN, T. (1974): *Structures of the Life World*. Londres: Heinemann.
- _____ (1979): *Strukturen der Lebenswelt*. Frankfurt: Shrkamp.
- WERLEN, B. (1988): *Gesellschaft, Handlung und Raum. Grundlagen handlungs-theoretischer Sozialgeographie*. Stuttgart: Franz Steiner. (ed. em língua inglesa: Society, action and Space: an alternative Human Geography. Londres: Routledge, 1993).
- _____ (1995): *Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen*. Vol. 1: Zur Ontologie von Gesellschaft und Raum. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- _____ (1997a): *Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen*. Vol. 2: Globalisierung, Region und Regionalisierung. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- _____ (1997b) Social Geography. In: Embree, L. et al. (eds.) *Encyclopaedia of Phenomenology*. Dordrecht/Londres/Boston, p. 646-650.